

Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

DECRETO nº 1600/2017, de 05 de outubro de 2017.

Altera dispositivos do Decreto nº 1.570/2017, nomeando membros para Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação- PME e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso de Goiás-GO, **MARTINHO MENDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os dispositivos constitucionais e o que dispõe sobre a criação da Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 211 e 214 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 2º da Lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos artigos 11, 18 e 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996-LDB.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação – PME, a qual compete à coordenação do processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação- PME, composta dos seguintes membros:

Licia Mary Oliveira CPF Nº 462.854.481-20 Secretária Municipal de Educação.

Gilney Almeida dos Santos – CPF Nº 024.609.881-33 Coordenador Pedagógico.

Nislene Costa Ferreira – CPF Nº 622.752.831-53 Conselho Municipal de Educação.

Marta Conceição da Silva – CPF Nº 792.777.721-15 Poder Executivo.

Claudiomar Teles Gonçalves – CPF Nº 797.651.571-34 Câmara Municipal de Vereadores.

Rosimar da Silva – CPF Nº 812.544.661-34 Gestora Escolar

Ana Paula de Carvalho Paulino – CPF Nº 025.585.271-18 Assessoria de Finanças da SME.

Leônidas Francisco de Araújo – CPF Nº 802.685.101-30 Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

Vitor Reis Costa Tarallo – CPF Nº 009.006.148-10 Departamento de Esportes

Romilda Rinco – CPF Nº 692.145.491-68 Sociedade Civil e Escolas
Filantrópicas

§ 1º Designar a servidora **Lícia Mary Oliveira Santos** para Coordenadora da Comissão Executiva e de Sistematização do PME e **Gilney Almeida dos Santos** para atuar como Secretário da Comissão Executiva e de Sistematização do PME.

§ 2º As atividades executadas pelos membros da Comissão Executiva e de Sistematização do PME são de cunho voluntário, sem prejuízos, quando necessário sua participação em encontros e reuniões de planejamento e execução das atividades pertinentes ao processo de elaboração.

Art. 2º - Determina que a comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação – PME deve comprometer-se a adotar uma metodologia participativa e democrática, envolvendo entidades representativas dos seguintes seguimentos sociais: instituições municipais, estaduais e privadas de ensino (gestores, professores, pessoal de apoio, alunos e pais), poder público, sindicatos, movimentos sociais e redes da sociedade civil, estudantes e universidades.

Art. 3º - Estabelecer as atribuições da Comissão Executiva e de Sistematização do PME:

I – monitorar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação – PME em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação, observando, entre outros, a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade de ensino; a formação para o trabalho e para a cidadania, princípio da gestão democrática da educação; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação assegurando as necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental;

II – propor e realizar debates junto a sociedade, objetivando elaborar trabalho representativo dos anseios sociais;

III – elaborar cronograma de atividades, concluindo os trabalhos com dinâmica e celeridade;

IV – decidir sobre a formação de subcomissões, dentre representantes de órgão/representações, sob a coordenação de um ou mais membros da Comissão criada neste decreto;

V – coordenar e sistematizar o texto – base e o documento-final;



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

VI – apresentar, em tempo hábil, ou aguardo se fizer necessário, proposta de ajuste de atualização do Plano Municipal de Educação, na forma de projeto de Lei, para que seja analisado pelo Chefe do Poder Executivo e, por ele, submetido à Câmara Municipal.

Art. 4º - Designa que para avaliar e sistematizar o PME serão convidados para participar dos debates, das plenárias livres, dos fóruns, do encontro temático e da conferência, as seguintes entidades representativas:

- I - Prefeitura Municipal;
- II - Conselho de Alimentação Escolar;
- III - Conselho do FUNDEB;
- IV - Conselho Municipal de Educação;
- V - Gestores Municipais;
- VI - Gestores Estaduais;
- VII - Representantes das Universidades;
- VIII - Conselho Tutelar;
- IX - Representantes de Pais;
- X - Representantes de Alunos;
- XI - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- XII - Secretaria Municipal de Saúde/Programa Saúde na Escola;
- XIII - Secretaria Municipal de Cultura;
- XIV - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- XV - Sindicato dos Trabalhadores em Educação;
- XVI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- XVII - Câmara Municipal de Vereadores;
- XVIII - Representantes do Poder Judiciário;
- XIX - Representantes das Escolas Filantrópicas;
- XX - Representantes das Escolas Particulares.

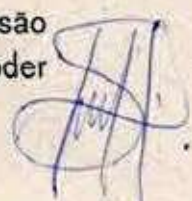
§ 1º Outras entidades representativas de caráter público ou privado poderão requerer sua adesão ao processo de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME mediante requerimento, com prova do ato constitutivo, à Comissão Executiva e de Sistematização do PME, estabelecida na Secretaria Municipal de Educação do Município de Alto Paraíso de Goiás – GO.

§ 2º A participação individualizada do munícipe será garantida pela Comissão Executiva e de Sistematização do PME. Em todas as instâncias do processo.

§ 3º As plenárias livres e os fóruns deverão documentar suas discussões e propostas em *Formulário para Debate do PME*, fornecido pela Comissão Executiva e de Sistematização do PME, no qual constarão nomes dos participantes, acompanhada do número do registro geral de identificação pessoal.

Art. 5º - O Plano Municipal de Educação – PME terá a duração de dez anos a contar da data de sua aprovação pela câmara municipal.

Art. 6º - Após a sistematização do documento-final do PME, a Comissão executiva e de Sistematização do PME encaminhará para a apreciação do poder



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

executivo, na forma de lei, que por sua vez o encaminhará a poder legislativo para aprovação.

Art. 7º - Após aprovado o Plano Municipal de Educação deverá ser avaliado de forma contínua, essa avaliação será de competência da comissão, onde deverá analisar e/ou reelaborar metas a cada ano de forma sistêmica.

Art. 8º - A constituição desta comissão municipal terá a vigência de dois anos após a aprovação do PME, podendo ser prorrogada por igual período. Após esse prazo deverá ser composta uma nova comissão.

Art. 9º - É de responsabilidade do poder executivo os gastos com a realização das etapas no processo de construção do PME, onde a comissão deverá prever orçamentos de gastos e repassar para a aprovação do setor financeiro.

Art. 10 - Os casos omissos neste decreto serão regulamentados pela Comissão Executiva e de Sistematização do PME.

Art. 11 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 12 - Revoguem-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraíso de Goiás, aos 05 dias do mês de outubro do ano de 2017.



MARTINHO MENDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Certidão
Registrado em fl. do
livro próprio. Afixado no
Placar de Publicidade.
Data supra.